

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial	2
1. Prova EsSA 2018.....	3
2. Prova EsSA 2017.....	11
3. Prova EsSA 2016.....	19



00. BATE PAPO INICIAL

Olá pessoal. Nas próximas aulas faremos as resoluções das últimas provas aplicadas no concurso da EsSA, referentes à disciplina de História, com todas as questões comentadas como uma revisão para esta jornada em busca de um excelente resultado.

Motivação, Disciplina e Estratégia. É o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso.

Bons Estudos, um grande abraço e foco no Sucesso...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.



1. PROVA ESSA 2018



1. (EsSA - Exército Brasileiro / 2018 - Adaptada)

Depois da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, que colocou os portos portugueses sob controle francês, D. João determinou a abertura dos portos brasileiros. Essa medida tinha por objetivo

- A) facilitar o comércio entre o Brasil e a França de Napoleão.
- B) determinar a exclusividade comercial portuguesa com os Estados do Brasil e Maranhão.
- C) manter relações junto ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte.
- D) atender às necessidades de comércio da Corte no Brasil.
- E) proclamar a Independência do Brasil em 1822.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a Abertura dos Portos do Brasil em 1808 se deu em decorrência do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte, proibindo que os Estados europeus que estavam sob domínio do Império Francês estabelecessem relações comerciais com outros países. A Inglaterra, contudo, não foi dominada por Napoleão e por causa da antiga relação de amizade com Portugal, os ingleses apoiaram e financiaram a vinda da Família Real para o Brasil, de tal forma que a Abertura dos Portos visava o comércio com os ingleses, nomeadamente.

A alternativa B também é falsa, pois o que estabelecia a exclusividade comercial portuguesa com os Estados do Brasil e Maranhão era o Pacto Colonial, que acabou sendo revogado pela Abertura dos Portos.

A alternativa C também é falsa, uma vez que foi justamente o Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte que forçou a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, de tal modo que a Abertura dos Portos também se deu em decorrência das limitações impostas pelo Império Francês.

A alternativa D é a resposta certa. A Abertura dos Portos, em 1808, quando a Família Real chegava ao Brasil, foi um tratado econômico que se caracterizou pela possibilidade das colônias portuguesas na América estabelecerem relações comerciais com as nações amigas (mais precisamente com a Inglaterra). Este tratado colocou fim à exclusividade portuguesa de ser a única



nação europeia a manter relações comerciais com os Estados do Brasil e Maranhão, tal como era previsto desde o Pacto Colonial. Vale dizer que na época, Napoleão Bonaparte empreendia grandes invasões em vários Estados Absolutistas na Europa e estabelecia relações de paz com aqueles que se anexavam pacificamente ao Império Francês. Como resultado de suas relações conflituosas com a Inglaterra, os franceses decretaram o Bloqueio Continental que proibia qualquer país daquele território de manter relações comerciais com os ingleses. Portugal, contudo, por conta de suas históricas relações com a Inglaterra, se viu obrigado a furar o bloqueio. As consequências foram as invasões das terras portuguesas pelos franceses. Se vendo ameaçada pelo exército napoleônico, a Família Real portuguesa optou por uma manobra arriscada: partir para o Brasil e restabelecer uma nova administração central de seu Império Ultramarino. Para escoltar sua Corte até o continente americano, os portugueses acionaram a frota inglesa que, ao chegar a este lado do Império, assinou o Tratado Econômico de Abertura dos Portos. A este tratado somou-se também as seguintes medidas: fim do exclusivo ou pacto colonial; revogação do Alvará de 1785 que proibia a instalação de manufaturas nas colônias portuguesas, o que possibilitou a criação dos primeiros núcleos manufatureiros na região; fundação do Banco do Brasil; criação do primeiro jornal de grande circulação, a Gazeta do Rio de Janeiro; criação da Biblioteca Real Portuguesa no Brasil, com milhares de livros trazidos de Portugal; e, ainda em 1810, a assinatura de outro Tratado econômico denominado de Tratado de Cooperação e Amizade, ampliando a possibilidade de o Brasil estabelecer relações comerciais com outras nações do mundo.

A alternativa E também é falsa, uma vez que a Abertura dos Portos não tinha por objetivo a Independência do Brasil em 1822. Contudo, pode-se considerar que tal tratado modificou o cotidiano das relações econômicas estabelecidas entre o Brasil e outras nações europeias, podendo ser considerado como parte de um processo de emancipação lenta e gradual, resultando na Proclamação da Independência política do Brasil, em 1822.

(FERNANDES, 2015; RICUPERO, 2007)

Gabarito: D

2. (EsSA - Exército Brasileiro / 2018 - Adaptada)

O Governo Castelo Branco buscou resolver os desequilíbrios econômicos dos governos anteriores por meio do PAEG. São ações desse governo, EXCETO :

- A) Criação do Banco Central.
- B) Criação do Banco Nacional de Habitação.
- C) Construção de Itaipu.
- D) Política habitacional facilitando a aquisição da casa própria pelas classes menos favorecidas.
- E) Estimulo a absorção de mão-de-obra não-qualificada pela indústria de construção civil.

Comentários

A alternativa A é incorreta, pois o Banco Central ou “banco dos bancos”, de fato foi criado pelo o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), em dezembro de 1964, para ser responsável pela emissão de papel moeda e pelo controle das operações de comércio exterior do país.



A alternativa B também é incorreta, pois o Banco Nacional de Habitação (BNH) de fato foi criado pelo o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), em agosto de 1964, tendo por objetivo atender ao problema de moradia do país. O BNH era um banco de segunda linha, ou seja, não operava diretamente com o público, atuando por intermédio de bancos privados e/ou públicos, e de agentes promotores, tais como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto.

A alternativa C é a resposta certa, pois no que diz respeito à Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai, é incorreto afirmar que ela fazia parte do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), pois ela foi construída pelos dois países entre 1975 e 1982, período em que ambos eram governados por ditaduras militares. No Brasil, neste período eram presidentes da República brasileira os militares Ernesto Geisel (entre 1974 e 1979) e João Figueiredo (entre 1979 e 1985).

A alternativa D também é incorreta, pois de fato uma política habitacional facilitando a aquisição da casa própria pelas classes menos favorecidas estava dentro dos planos do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O PAEG, dentro do seu propósito básico de estabilização, desenvolvimento e reforma democrática, apresentou como um de seus objetivos atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais mediante a melhoria das condições de vida

A alternativa E também é incorreta, uma vez que o estímulo a absorção de mão-de-obra não-qualificada pela indústria de construção civil estava entre as medidas para assegurar pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente afluía ao mercado de trabalho. Auxiliado pelo contexto internacional, o PAEG obteve relativo sucesso, conseguindo combater a inflação, gerando a estabilidade econômica que permitiria o “milagre econômico” do início da década de 1970. Porém, como afirmou Delfim Neto, então ministro da fazenda, “o bolo tinha que crescer para ser dividido”, algo que nunca ocorreu, pois a crise internacional do petróleo de 1973 produziu o ambiente para a volta da inflação.

(GALVÃO; BRANDI, 2015; KORNIS; FGV-CPDOC, 2016).

Gabarito: C

3. (EsSA - Exército Brasileiro / 2018)

Os movimentos de resistência indígena ao domínio e ao escravismo do colonizador se deram de distintas maneiras, inclusive através do combate propriamente dito. No nordeste, os indígenas promoveram um conflito de resistência que durou mais de dez anos e ficou conhecido como:

- A) Guerra Guaraníticas.
- B) Confederação dos Cariris.
- C) Confederação dos Tamoios.
- D) Quilombo dos Palmares.
- E) Batalha dos Guararapes.





Comentários

A alternativa A é falsa, pois as Guerras Guaraníticas (1753-1756) foram um conjunto de conflitos militares entre índios guaranis e jesuítas contra as tropas portuguesas e espanholas na região centro-sul da América do Sul, por causa dos acordos e mudanças na posse de terras estabelecidos com o Tratado de Madri.

A alternativa B é a resposta certa. A Confederação dos Cariris foi também chamada de Guerra dos Bárbaros ou ainda nação Kiriri e ocorreu entre os anos de 1683 e 1713 na região Nordeste do Brasil. Sua origem remonta de uma revolta indígena, na não sujeição aos homens brancos invasores. De acordo com os estudos sobre esses índios, eles tinham hábitos de vida similares ao homem neolítico com seus costumes tribais, liderados por um sábio e desenvolviam práticas rudimentares de agricultura, morando próximo aos rios para plantarem em terrenos férteis, tendo como uma das principais características a origem ou surgimento dos produtos ou objetos de materiais cerâmicos, achados em escavações de pesquisas. Os portugueses que chegaram no Brasil, acabaram encontrando esses indígenas na região de dois rios, o rio Itapicuru e o rio Paraguaçu, sendo que estavam vivendo fixos na serra dos Cariris, na Serra de Borborema. É importante ressaltar que durante os 30 anos de conflito ocorreram revoltas indígenas e conflitos armados entre índios e forças militares da região. Até mesmo bandeirantes paulistas foram chamados pelas forças oficiais para combater o movimento dos cariris. O principal objetivo da Confederação dos Cariris era a expulsão dos portugueses de suas terras, já que estes queriam se apossar das terras indígenas a fim de explorar e tentar tirar o máximo de riquezas e lucros. Um ponto alto e importante que era combatido nessa Confederação era a escravidão e a tentativa dos portugueses de dominar os nativos do Brasil. Assim, várias tribos da região se uniram para lutarem em defesa de suas liberdades e habitações territoriais. Muitos índios reagiram atacando e matando muitas pessoas que povoavam a região, destruindo suas propriedades. Somente após anos de luta, o coronel João de Barros Braga promoveu uma expedição para combater os índios no ano de 1713 e foi matando todos os índios que encontrava pelo caminho, tendo assim sufocado a rebelião e extinguindo-se a Confederação dos Cariris.

A alternativa C também é falsa, pois a Confederação dos Tamoios (1554-1567) foi um dos principais e maiores conflitos de caráter de resistência por parte dos ameríndios do grupo dos Tupinambás que envolviam os Tupiniquins, Aimorés e Temiminós, ocorrido na região entre o litoral paulista e o sul fluminense, hoje desde Bertioga até a cidade de Cabo Frio.

A alternativa D também é falsa, pois o Quilombo dos Palmares, apesar de estar localizado na região nordeste do Brasil colonial, não foi um movimento indígena propriamente dito, ao passo que foi um local de resistência dos africanos ao regime de escravidão.

A alternativa E também é falsa, pois a Batalha dos Guararapes (1649) ocorreu no contexto da expulsão dos holandeses que invadiram o nordeste brasileiro durante o período da União Ibérica. Entre seus participantes de fato havia indígenas, mas não é caracterizado como um movimento de resistência, ao passo que índios, portugueses e negros estavam lado a lado.

(DIAS, 2002; BRITO, 2017).

Gabarito: B



4. (EsSA - Exército Brasileiro / 2018)

Durante os séculos XVI e XVII, no Brasil, ocorreram diversas rebeliões que refletiam a divergência de interesses entre colônia e metrópole. Dentre essas revoltas, pode-se destacar, respectivamente, com seu objetivo a:

- A) Inconfidência Mineira, que objetivava a abolição da escravidão, pois desejava a ampliação do mercado interno com a mudança nas relações de trabalho na região.
- B) Conjuração Carioca, organizada por escravos libertos que buscavam melhores condições de trabalho nas casas da aristocracia fluminense.
- C) Revolta de Beckman, ocorrida no Maranhão que devido a insatisfação com a Companhia de Comércio do Estado do Maranhão, propunha a abolição do monopólio desta companhia.
- D) Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco, um conflito de interesses entre senhores de engenho de Olinda e senhores de engenho do Recife, que disputavam mercado consumidor de cana de açúcar.
- E) Conjuração Baiana, movimento da elite baiana que, embora identificada com os ideais da Revolução Francesa, não trazia em seu programa de revolução o fim da escravidão.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a Inconfidência Mineira foi um movimento que ocorreu no século XVIII, em 1789. Além disso, não estava entre os objetivos da Inconfidência mineira o abolição da escravatura.

A alternativa B também é falsa, pois a Conjuração Carioca também foi um movimento que ocorreu no século XVIII, em 1794. Além disso, não foi organizada por escravos libertos, mas sim por uma associação de intelectuais que se reuniam em torno de uma sociedade literária.

A alternativa C está correta. A Revolta de Beckman, liderada pelos irmãos Tomás e Manuel Beckman, foi uma rebelião ocorrida em 1684, como uma reação de proprietários rurais do Maranhão aos abusos cometidos pela Companhia de Comércio do Maranhão. Em 1682, Portugal criou a Companhia de Comércio do Estado do Maranhão para apoiar o desenvolvimento econômico do norte do Brasil, especialmente pelo incentivo a lavoura canavieira. Em troca, do monopólio do comércio da região com a metrópole por vinte anos, a empresa comprometia-se a fornecer aos proprietários e moradores escravos africanos – 500 por ano, pelo menos – ferramentas, utensílios e gêneros de consumo. Na prática, logo se viu que o projeto oficial não funcionaria: além de não providenciar o fornecimento regular dos bens que eram de sua responsabilidade, sobretudo escravos, a companhia ainda fraudava os pesos e medidas, os preços dos produtos e a contabilidade de seus negócios. Na falta de mão-de-obra, os produtores escravizavam os índios, o que vinha causando conflito com os jesuítas.

A alternativa D também é falsa, pois a Guerra dos Mascates também ocorreu no século XVIII, entre 1710 e 1711. Ocorreu na Capitania de Pernambuco, onde confrontaram-se os senhores de engenhos, concentrados em Olinda, e os comerciantes reinóis do Recife, que eram portugueses da metrópole, chamados pejorativamente de mascates.



A alternativa E também é falsa, pois a Conjuração Baiana, também conhecida como Revolta dos Alfaiates, ocorreu na Capitania da Bahia no século XVIII, entre 1798 e 1799. As causas da Conjuração Baiana estão relacionadas com as contradições sociais e agravamento da escassez de alimentos, uma vez que a área de plantio para subsistência diminuiu diante do avanço da lavoura canavieira. Ela trazia em seu programa de revolução o fim da escravidão

(REBELIÕES NATIVISTAS, 2018).

Gabarito: C

5. (EsSA - Exército Brasileiro / 2018)

A corrente filosófica presente no movimento republicano que inspirou o lema “Ordem e Progresso” foi o:

- A) Positivismo.
- B) Modernismo.
- C) Iluminismo.
- D) Espiritualismo.
- E) Relativismo.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa. O positivismo foi uma corrente filosófica francesa do século XIX que foi inspirada nas ideias de Auguste Comte, que acreditava na ciência como o ponto mais alto e norteador da humanidade. Para ele, se a humanidade fosse ditada pela razão científica estaria fadada naturalmente ao progresso. Neste caso, não se trata apenas de um progresso material, mas também ético e espiritual, de tal modo que houve a Igreja Positivista, inclusive no Brasil, que substituiu os Santos pelo panteão de homens virtuosos que engrandeceram as nações com seus feitos históricos. A sua perspectiva de ação política, social e histórica era baseada em três princípios: a Ordem, o Progresso e o Amor; vindo a dizer: “O Amor por princípio. A Ordem por base. O Progresso por fim”. Seus ideais foram marcados pelo secularismo, a disciplinarização, o cientificismo, as formulações metódicas, proposições lógicas, etc. O fato é que estes ideais penetraram fortemente no Brasil nos fins do século XIX, principalmente entre os militares, que de alguma maneira os conservam até hoje. Mas, na ocasião da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, diante das intempéries políticas e da indecisão sobre o novo regime, o positivismo veio como solução, levantando a bandeira da ciência e do método, prometendo o progresso como consequência. O símbolo máximo do positivismo no Brasil é a inscrição “Ordem e Progresso” na Bandeira Nacional.

As alternativas B, C, D e E são falsas, pois nenhuma das correntes mencionadas trazem como lema a máxima Ordem e Progresso.

Gabarito: A



6. (EsSA - Exército Brasileiro / 2018)

A República Velha vai de 1889 q 1930, o presidente civil que teve todo seu mandato no século XIX foi:

- A) Prudente de Moraes.
- B) Afonso Pena.
- C) Hermes de Fonseca.
- D) Venceslau Brás.
- E) Arthur Bernardes.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa, pois Prudente de Moraes foi o terceiro presidente da República no Brasil e o primeiro civil a exercer o cargo. Seu mandato foi de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898.

A alternativa B é falsa, pois o presidente Afonso Pena exerceu o cargo entre 15 de novembro de 1902 e 15 de novembro de 1906, isto é, já no século XX.

A alternativa C também é falsa, pois além do presidente Hermes da Fonseca ter sido militar, ele exerceu seu cargo no século XX, entre 1910 e 1914.

A alternativa D também é falsa, pois o presidente Venceslau Brás exerceu o cargo no século XX, entre 1914 e 1918.

A alternativa E também é falsa, pois o presidente Arthur Bernardes também exerceu o cargo no século XX, entre 1922 e 1926.

Gabarito: A



REFERÊNCIAS USADAS NOS COMENTÁRIOS DAS QUESTÕES

BRITO, Karine Ferreira. Confederação dos Tamoios. 2017. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/confederacao-dos-tamoios/>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

DIAS, Leonardo Guimarães Vaz. A Guerra dos Bárbaros: manifestações das forças colonizadoras e da resistência nativa na América Portuguesa. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, v. 5, n.1, set. 2002, p. 05-15.

FERNANDES, Fernando Roque. Abertura dos Portos. 2015. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/abertura-dos-portos/>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

GALVÃO, Cláudia; BRANDI, Paulo. ITAIPU BINACIONAL. 2015. FGV-CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/itaipu-binacional>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

KORNIS, George; FGV-CPDOC. PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO (PAEG). 2016. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-acao-economica-do-governo-paeg>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

REBELIÕES NATIVISTAS. Disponível em: <http://www.colegioacademia.com.br/admin/professores/arquivos_upl/7_aulas_23.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

RÍCUPERO, Rubens. O problema da Abertura dos Portos. Revista do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, São Paulo, p.16-59, 2007. Disponível em: <<http://en.braudel.org.br/research/archive/downloads/o-problema-de-abertura-dos-portos.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.



2. PROVA ESSA 2017

1. (EsSA - Exército Brasileiro / 2017 - Adaptada)

Assinale, dentre as proposições abaixo, aquela que relaciona as características descritas ao Estado Novo.

A) Instauração do estado de emergência; diversificação da produção agrícola e estímulo ao desenvolvimento industrial; e uso do populismo para conquistar a simpatia dos trabalhadores.

B) Ampliação dos direitos democráticos; subvenção ao desenvolvimento agrícola; e descentralização dos poderes.

C) Fortalecimento dos poderes estaduais; diversificação da produção agrícola e estímulo ao desenvolvimento industrial; e abertura política para manifestações democráticas.

D) Instauração do estado de emergência; subvenção ao desenvolvimento agrícola; e fortalecimento dos poderes estaduais.

E) Ampliação dos direitos democráticos; descentralização dos poderes; e uso do populismo para conquistar a simpatia dos trabalhadores.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa, pois as três afirmações desta proposição são verdadeiras. A Constituição de 1937, que decretava o Estado Novo (1937-1945), foi outorgada no mesmo dia da tomada do poder. Ela determinava as prerrogativas exclusivas do Presidente, bem como propiciava o decreto de estado de emergência, incluindo intervenção nos estados e dissolução da Câmara dos Deputados. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, criada em 1937, responsável por prover empréstimos com juros baixos para a compra de máquinas e equipamentos, cumpriu um papel de banco de desenvolvimento enviesado para o setor industrial. O que é condizente com a perspectiva de Vargas sobre o crédito ser um instrumento essencial para o fomento da produção. A posição assumida por Getúlio Vargas ia ao encontro do que defendia Auguste Comte com a “integração do proletariado à sociedade moderna”. O Estado precisava servir de exemplo para o setor privado, não intervindo diretamente, mas tentando conscientizar o empresariado ao invés de apenas aquecer o mercado. Vargas também admite e utiliza maior intervenção estatal nos conflitos de classe, como pode ser demonstrado pela criação do Ministério do Trabalho já em 1930 e com o controle das organizações sindicais pelo Estado – construindo as bases do populismo das décadas de 40 e 50.

A alternativa B é falsa, pois as três afirmações estão erradas. No regime do Estado Novo, não era possível identificar uma ampliação dos direitos democráticos e nem a descentralização dos poderes, pois a Constituição de 1937 era de natureza autoritária, baseada na Constituição Polonesa, dava enorme concentração de poder ao Executivo e tinha um caráter centralizador na pessoa do presidente da República, Getúlio Vargas, o qual passaria a nomear as autoridades estaduais. Além disso, o foco econômico e político das subvenções do governo era destinado especialmente ao desenvolvimento industrial.



A alternativa C está incorreta, uma vez que é falso afirmar que no regime do Estado Novo houve o fortalecimento dos poderes estaduais, tampouco que houve abertura política para manifestações democráticas, uma vez que o Brasil se viu em uma ditadura orquestrada por Getúlio Vargas, que centralizou o poder no Executivo Nacional e proibia qualquer manifestação de caráter contrário ao seu governo.

A alternativa D também está incorreta, uma vez que é falso afirmar que durante o Estado Novo houve o fortalecimento dos poderes estaduais, pois já na Revolução de 1930 havia se rompido com a política dos governadores, centralizando o poder nas mãos do chefe do Executivo Nacional. Além disso, o foco econômico e político das subvenções do governo era destinado especialmente ao desenvolvimento industrial.

A alternativa E também está incorreta, de tal modo que durante o Estado Novo não era possível dizer sobre a ampliação dos direitos democráticos, sendo que o Congresso havia sido fechado, os partidos políticos haviam sido extintos, as manifestações reprimidas, a censura instaurada e os direitos de expressão cassados. Além disso, é também perceptível na Constituição de 1937 seu traço antiliberal, visto que propagava em claro tom o patriotismo e a interpretação de nacionalidade. O Estado Novo foi marcado pelo autoritarismo, pelo fascismo, pelo populismo, o paternalismo e o desenvolvimentismo.

(JESUS; MENDONÇA; KIRSTEN, 2017)

Gabarito: D

2. (EsSA - Exército Brasileiro / 2017 - Adaptada)

Sobre o Plano Real, é correto afirmar que foi lançado durante o governo do seguinte presidente:

- A) Fernando Henrique Cardoso
- B) Fernando Collor de Mello
- C) Itamar Franco
- D) José Sarney
- E) Luiz Inácio Lula da Silva

Comentários

A Alternativa A é falsa. Apesar de Fernando Henrique Cardoso ser o Ministro da Fazenda em 1994, quando foi desenvolvido o Plano Real, não era ele que ocupava a cadeira da presidência da República, porém, sendo eleito e tomando posse no ano seguinte.

A alternativa B também é falsa, uma vez que Fernando Collor de Mello renunciou do cargo da presidência da República em 29 de dezembro de 1992, em decorrência de uma série de investigações de corrupção e a abertura do processo de impeachment, que o afastou do cargo. No lugar dele, assumiu o vice-presidente, Itamar Franco, que recebeu definitivamente a faixa presidencial no dia da renúncia de Collor.

A alternativa C está correta. O Plano Real foi lançado no governo de Itamar Franco (1992-1994), pela equipe econômica do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Assim, é



correto colocar que o Plano Real foi resultado de um longo processo de experiências mal sucedidas, por várias razões, mas principalmente por não contarem com um ambiente internacional mais propício. A filosofia do plano não se restringia apenas à estabilização econômica, mas contava com uma ampla abertura comercial e financeira e um programa de privatizações de estatais objetivando um ajuste fiscal com redução, bastante profunda, das funções do Estado na sociedade. Após anunciar o Programa de Estabilização, em dezembro de 1993, e cumprir as etapas preestabelecidas, como o ajuste fiscal (criação do Plano de Ação Integrada, objetivando a reorganização do setor público), a reconstrução da moeda (adoção da Unidade Real de Valor – URV) e o lançamento da nova moeda (Real). Em 30 de junho de 1994, através da Medida Provisória nº 434, assinada pelo presidente Itamar Franco, o Plano Real foi oficialmente anunciado pelo então ministro da Fazenda Rubens Ricupero, que sucedeu a FHC já em campanha presidencial.

A alternativa D também é falsa, pois José Sarney exerceu o cargo de Presidente da República antes do Plano Real, entre 1985 e 1990, após a morte de Tancredo Neves, que não chegou a tomar posse, passando então para seu vice. No seu mandato foram implementados diversos planos de combate à hiperinflação (Plano Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão), mas todos fracassaram, e ao fim do governo Sarney o país estava mergulhado na recessão.

A alternativa E também é falsa, pois Luiz Inácio Lula da Silva exerceu o cargo de Presidente da República entre 2003 e 2011, isto é, aproximadamente nove anos depois da implementação do Plano Real.

(GOMES,2014).

Gabarito: C

3. (EsSA - Exército Brasileiro / 2017 - Adaptada)

No dia 1º de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança para atuarem contra o Paraguai. Nessa oportunidade escolheram para exercer a função de Comandante-em-Chefe das forças aliadas, para a invasão do Paraguai:

- A) D. Pedro II
- B) Duque de Caxias
- C) Conde d’Eu
- D) Francisco Solano López
- E) Bartolomeu Mitre

Comentários

A alternativa A é falsa, pois D. Pedro II, na ocasião da Guerra do Paraguai, era o Imperador do Brasil e, apesar de ter participado da Guerra, ficando conhecido como “voluntário nº 1”, não comandou os exércitos aliados.

A alternativa B também é falsa, pois Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, na ocasião da Guerra do Paraguai, além de ainda receber o título de marquês (sendo que duque foi concedido



depois da Guerra), seu comando dos exércitos aliados se deu no segundo período da Guerra, entre 1866 e 1869.

A alternativa C também é falsa, pois o Conde d'Eu, genro do Imperador D. Pedro II, foi nomeado para dirigir a fase final das operações militares no Paraguai, no período entre 1869 e 1870.

A alternativa D também é falsa, pois Francisco Solano López era o ditador do Paraguai, contra quem os exércitos da Tríplice Aliança lutaram.

A alternativa E é a resposta certa. De comum acordo, em um documento oficial, no qual o então marquês de Caxias, comandante das forças brasileiras, escreveu ao Ministro da Guerra, João Lustosa de Paranaguá, levantando uma série de questões referentes a política e a estratégia da guerra, consta também a prerrogativa do tratado que criou a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina, Uruguai) e fez o general Bartolomeu Mitre o comandante-em-chefe das forças aliadas, condição válida somente em combates travados em solo argentino ou paraguaio.

(CARDIA, 2017).

Gabarito: E

4. (EsSA - Exército Brasileiro / 2017 - Adaptada)

No século XV, Portugal inicia um processo de expansão ultramarina, em que uma das finalidades era de caráter mercantil. Esta situação criou, imediatamente, uma ameaça aos interesses comerciais dos:

- A) mouros.
- B) venezianos.
- C) espanhóis.
- D) holandeses.
- E) ingleses.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois os mouros, no século XV, foram atingidos por Portugal de outra maneira, especialmente com a Conquista de Ceuta, no Norte da África. Portugal sofria com a falta de diversos produtos como trigo, ouro, prata e especiarias. A conquista de Ceuta significaria para o reino português o controle sobre uma cidade em que afluíam os produtos orientais vindos da Índia pelas rotas caravaneiras que traziam ouro, especiarias, etc. Ressalte-se ainda que a cidade era uma zona fértil, apropriada para a produção de cereais.

A alternativa B é a resposta certa. Foi durante o reinado de Dom João I (1385-1433) que o governo português tornou-se o primeiro país europeu a constituir um Estado Moderno, dedicado à atividade comercial-marítima e assumindo práticas mercantilistas. A burguesia comercial queria enriquecer, mas havia um obstáculo: genovezes e venezianos, que monopolizavam o comércio de especiarias. A solução era entrar em contato direto com os fornecedores, isso não poderia ser feito através do mediterrâneo, só restava expandir-se pelo Atlântico. Neste cenário, a Escola de Sagres deve papel fundamental, pois entenderam que navegar era preciso.



A alternativa C também é falsa, pois os espanhóis, neste contexto, não tinham destaque por suas relações comerciais.

A alternativa D também é falsa, uma vez que a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais foi fundada no século XVII, mais especificamente em 1621.

A alternativa E também é falsa, pois o comércio inglês veio a ganhar maior destaque no século XVIII, isto é, três séculos mais tarde.

(PORTAL SÃO FRANCISCO, 2018).

Gabarito: B

5. (EsSA - Exército Brasileiro / 2017 - Adaptada)

Dentre as revoltas ocorridas durante a Primeira República, houve uma na década de 1910, vencida pelas tropas federais, conhecida como:

- A) Guerra de Canudos.
- B) Guerra do Contestado.
- C) Revolta da Chibata.
- D) Revolução Constitucionalista.
- E) Revolta da Vacina.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a Guerra de Canudos foi o confronto entre o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular de fundo sócio-religioso liderado por Antônio Conselheiro, que durou de 1896 a 1897, então na comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia, no nordeste do Brasil.

A alternativa B é a resposta certa. A Guerra do Contestado (1912-1916) foi um conflito armado que envolveu posseiros e pequenos proprietários de terras, de um lado, e representantes dos poderes estadual e federal brasileiro, de outro, numa região rica em erva-mate e madeira, disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina. Mas o fato é que o nome Contestado não faz jus à complexidade do movimento que eclodiu no sul do Brasil no ano de 1912. A contestação dos limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina foi apenas uma das muitas fagulhas a despertar uma das maiores revoltas sociais ocorridas no campo em território nacional. Apesar de insuficiente, o título diz muito sobre aqueles que possuem poder de registrar os feitos históricos, assim como sobre a prioridade política na resolução desse conflito: com a intervenção federal na região (ocorrida em setembro de 1914), era necessário eliminar a disputa entre as lideranças políticas dos estados vizinhos e impedir que o movimento se alastrasse para além das fronteiras paranaenses e catarinenses. Tais disputas colocavam em risco o domínio das oligarquias e ameaçavam comprometer o jogo político nacional.

A alternativa C é falsa, pois a Revolta da Chibata foi um motim naval no Rio de Janeiro, ocorrido no final de novembro de 1910. Foi o resultado direto do uso de chibatadas por oficiais navais brancos ao punir marinheiros afro-brasileiros e mulatos. O presidente Hermes da Fonseca percebeu que



não se tratava de um blefe e decidiu ceder diante do ultimato dos insurgentes. Os marinheiros confiaram no presidente, entregaram as armas e os navios rebelados, mas com o término do conflito o governante não cumpriu com a sua palavra e baniu alguns marinheiros que haviam feito parte do motim.

A alternativa D também é falsa, uma vez que a Revolução Constitucionalista aconteceu em 1932. Também conhecida como Revolução de 1932 ou Guerra Paulista, foi o movimento armado ocorrido no estado de São Paulo, entre julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Os paulistas conseguiram êxito apenas na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A alternativa E também é falsa, pois a Revolta da Vacina foi um motim popular ocorrido entre 10 e 16 de novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, por causa da campanha de vacinação promovida pelo médico Oswaldo Cruz e as reformas realizadas pelo prefeito Pereira Passos.

(RODRIGUES, 2014).

Gabarito: B

6. (EsSA - Exército Brasileiro / 2017 - Adaptada)

Sobre a chamada União Ibérica, podemos afirmar que:

- A) Período entre 1580 e 1640 em que o Rei de Espanha, Filipe II, passou também a ser o Rei de Portugal.
- B) União entre os reinos de Portugal e Espanha, quando o Rei de Portugal passou a ser também o Rei de Espanha.
- C) No contexto da União Ibérica, a Itália invadiu o território do nordeste brasileiro, pois era inimiga da Espanha e rompia com a antiga aliança comercial com Portugal.
- D) Depois de acirradas disputas, a coroa espanhola acabou caindo nas mãos de Filipe II, rei português, dando início à chamada União Ibérica.
- E) Durante o período conhecido por União Ibérica, ocorreu a assinatura do Tratado de Tordesilhas, que não foi alterado mais, respeitando os limites prescritos no Tratado.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa. Com a morte de D. Sebastião, que reinou de 1557 a 1578, e a morte subsequente de D. Henrique, que reinou de 1578 a 1580, abriu precedentes para a corrida ao trono português. Os principais concorrentes ao trono eram D. Antônio, conhecido como Prior do Crato, apoiado pelo populacho português e D. Filipe II, rei da Espanha, que através de batalhas e largas concessões aos portugueses conseguiu assegurar a coroa portuguesa para si. Além de rei da Espanha, Filipe II era também filho de Carlos V, neto de D. Manuel e genro de D. João III (os dois últimos foram reis de Portugal). Portanto, o grau de parentesco de D. Filipe II com a monarquia portuguesa era grande, o que o ajudou a subir ao trono luso. A partir daí os reinos de Portugal e Espanha tornaram-se um só, sob a jurisdição do rei espanhol. A Espanha passou a comandar um dos maiores impérios que já existiu, desde os domínios europeus de Espanha, Portugal, Nápoles, Sicília e Sardenha até as Américas espanhola e portuguesa, as colônias africanas e as possessões



ibéricas no extremo oriente, na Índia e Filipinas, dentre outras. Foi só em 1640 que a monarquia portuguesa foi restaurada e D. João IV foi aclamado rei da nova monarquia de Portugal, inaugurando desta forma, a longa e famosa dinastia dos Bragança, a mesma que D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, conhecidíssimos pelos brasileiros.

As alternativas B e D são falsas pelo mesmo motivo, uma vez que Felipe II era o rei espanhol que, por causa da sua linhagem familiar, passou a ser também o rei de Portugal, unificando os dois reinos e suas colônias.

A alternativa C está incorreta, uma vez que no contexto da União Ibérica não foi a Itália que invadiu o território do nordeste brasileiro, mas os holandeses que formaram a Nova Holanda (1630-1654), pois esta era inimiga da Espanha e por causa da união acabou rompendo a antiga aliança comercial com Portugal.

A alternativa E é falsa, pois a assinatura do Tratado de Tordesilhas se deu em 1494. Além disso, outro fato importante sobre a União Ibérica é que em 1640 Portugal já havia avançado muito em terras espanholas na América, já que durante a União a linha do Tratado de Tordesilhas deixou de existir, reconfigurando, desta forma, o traçado da colônia portuguesa.

(DUARTE, 2012).

Gabarito: A



REFERÊNCIAS USADAS NOS COMENTÁRIOS DAS QUESTÕES

CARDIA, Mirian Lopes. Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança. 2017. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/848-guerra-do-paraguai-ou-da-triplice-alianca.html>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

DUARTE, Wederson Neves. UNIÃO IBÉRICA: 60 ANOS QUE REVOLUCIONARAM A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA. 2012. 27 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geopolítica, Pós-graduação em Geopolítica e As Relações Internacionais, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2013/02/UNIAO-IBERICA-60-ANOS.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

GOMES, Fábio Guedes. 2014: vinte anos do Plano Real. 2014. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201403211204470.2014%20-%20vinte%20anos%20do%20Plano%20Real.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

JESUS, Camila Vian de; MENDONÇA, Eduarda Fernandes Lustosa de; KIRSTEN, Martin Branco. ESTADO NOVO (1937-1945): a concepção de desenvolvimento, o funcionamento estatal, as políticas econômicas e o seu legado para o desenvolvimento do Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_i/i1-ee2299c1c9832241a019300ac380088a.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

PORTAL SÃO FRANCISCO. 2018. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Guerra do Contestado. 2014. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUERRA%20DO%20CONTESTADO.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.





3. PROVA ESSA 2016

1. (EsSA - Exército Brasileiro / 2016)

A Revolta dos Malês foi um movimento de escravos africanos, muitos dos quais eram muçulmanos, ocorrido em 1835 na seguinte província:

- A) Maranhão
- B) Grão-Pará
- C) Bahia
- D) Pernambuco
- E) Minas Gerais

Comentários

A alternativa A está incorreta, pois no contexto em causa, isto é, o Período Regencial, a revolta que ocorreu na Província do Maranhão foi a Balaiada, entre 1838 e 1841, quando as pessoas pobres da região, artesãos, escravos e quilombolas se revoltaram com a vida miserável e a exploração dos grandes produtores rurais.

A alternativa B também está incorreta, pois no contexto em causa, isto é, o Período Regencial, a revolta que ocorreu na Província do Grão-Pará foi a Cabanagem, entre 1835 e 1840, quando os índios, negros e cabanos (pessoas que viviam em cabanas às margens dos rios) se revoltaram com as péssimas condições de vida da população mais pobre e domínio político e econômico dos grandes fazendeiros.

A alternativa C é a resposta certa, uma vez que na madrugada de 25 de janeiro de 1835, num domingo, aconteceu em Salvador a revolta de escravos africanos, conhecida como Revolta dos Malês, por serem assim chamados os negros muçulmanos que o organizaram. Esta revolta está entre as chamadas revoltas regências. Ela envolveu cerca de 600 homens, o que parece pouco, mas devido às proporções populacionais foi um número significativo.

A alternativa D também está incorreta, pois no contexto em causa, isto é, o Período Regencial, a revolta que ocorreu na Província de Pernambuco foram a Setembrada (1831), a Novembrada (1831), a Abrilada (1832) e as Carneiradas (1834-1835), ocorridas por causa da crise econômica motivada pelo declínio da exploração açucareira, além de um sentimento antilusitano motivado pela abdicação de D. Pedro I.

A alternativa E também está incorreta, pois no contexto em causa, isto é, o Período Regencial, a revolta que ocorreu na Província de Minas Gerais foi a Revolta de Carrancas, ocorrida em 13 de maio de 1833, um motim de escravos que se revoltaram contra as explorações dos fazendeiros da região.

(OLIVEIRA, 2017).

Gabarito: C





2. (EsSA - Exército Brasileiro / 2016)

O Primeiro Governo Geral do Brasil foi instalado em:

- A) São Luís.
- B) Fortaleza.
- C) Olinda.
- D) Salvador.
- E) Rio de Janeiro.

Comentários

A alternativa A está incorreta, uma vez que São Luís, na verdade, foi a capital da primeira unidade administrativa do Estado do Maranhão, quando em 1621 foi dividido em duas unidades administrativas, ao passo que o Rio de Janeiro era a capital do Estado do Brasil.

A alternativa B é falsa, de tal modo que a Capitania do Ceará só foi desmembrada da Capitania de Pernambuco em 1799 e Fortaleza foi escolhida como capital da Capitania.

A alternativa C está incorreta, pois Olinda foi sede administrativa do Brasil apenas entre 1624 e 1625, por ocasião da primeira das invasões neerlandesas em Salvador, a primeira capital: Matias de Albuquerque foi nomeado Governador-Geral, administrando a colônia a partir de Olinda.

A alternativa D está correta, uma vez que o primeiro governador-geral do Brasil, nomeado após o fracasso do Sistema de Capitânicas Hereditárias, o fidalgo Tomé de Sousa traz ao Brasil a nova administração implantada pela Metrópole, com o provedor e ouvidor-mor para facilitar a organização e aumentar a lucratividade da Colônia. Ele vinha com uma séria de obrigações: capitão das terras da baía de Todos os Santos, governador-geral da capitania da Bahia e primeiro governador-geral de todas as capitânicas e terras do Brasil. Em 1549, funda, em Salvador, a primeira capital do Brasil, construindo nela fortificações para que a tornasse protegida contra ataques inimigos, além da residência do Governador, a Casa da Câmara, a Igreja Matriz, o Colégio dos Jesuítas e, com o passar do tempo, outras construções. Salvador foi fundada para ser a sede do Governo Geral do Brasil.

A alternativa E está incorreta, pois o Rio de Janeiro passou a ser capital do Estado do Brasil (1621-1815), quando a colônia portuguesa na América foi dividida em duas unidades administrativas em 1621, depois do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822), do Império do Brasil (1822-1889) e da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1960) até a sede do governo ser transferida para a então recém construída Brasília.

(ARAÚJO; BRANCO, [S.I.]).

Gabarito: D

3. (EsSA - Exército Brasileiro / 2016)

O item da pauta de exportação brasileira do Segundo Reinado que foi considerado um importante fator de modernização da economia foi:

- A) O Tabaco.



- B) O Café.
- C) A Cana de Açúcar.
- D) A Soja.
- E) O Trigo

Comentários

A alternativa A é falsa, pois o tabaco, apesar de ter grande importância nos produtos de exportação brasileiros até hoje, nunca esteve à frente de produtos como o açúcar e o café.

A alternativa B está correta, uma vez que a exportação de Café foi responsável por dar estabilidade política e ser capaz de modernizar a economia brasileira. O valor das exportações brasileiras de café dobrou entre 1850 e 1860. Em 1850-1851 as exportações estavam computadas em 32.604 contos, o que equivalia a 2.906 libras, enquanto que 1859-1860 elas passaram a 60.238 contos, somando 6.289 libras. Nesse período, o Brasil se tornou o maior produtor mundial de café e com isso compensavam as perdas com a queda dos preços.

A alternativa C também é falsa, pois durante o Segundo Reinado a produção de açúcar no Brasil, principalmente no nordeste, estava em declínio, especialmente por causa da produção nas Antilhas, representando apenas uma pequena parte da pauta de exportações brasileiras.

As alternativas D e E são falsas, pois o trigo e a soja não faziam parte considerável e analisável da pauta de exportações do Brasil durante o segundo Império.

(BENTIVOGLIO, 2002).

Gabarito: B

4. (EsSA - Exército Brasileiro / 2016)

A Política de emissão de dinheiro em grande quantidade, que causou uma desenfreada especulação na Bolsa de Valores, durante o governo do marechal Deodoro da Fonseca, ficou conhecida como:

- A) Encilhamento.
- B) Crise de 1929.
- C) Crise Contestada.
- D) Queda do Banco do Brasil.
- E) Queda do Marechal de Ferro.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa. Essa política monetária, chamada de Encilhamento (gíria carioca que aludia ao lugar do hipódromo onde ficam os cavalos), buscava "atender às legítimas necessidades dos negócios, já que havia no País uma demanda reprimida de numerário". Com esse objetivo, foram estabelecidas três instituições bancárias sobre um lastro constituído por títulos da dívida pública. No Rio de Janeiro, região central, foi criado o Banco dos Estados Unidos do Brasil (BEUB), de papel preponderante no novo sistema. Cada região bancária tinha a função de expandir



o crédito e estimular a criação de novas empresas. O resultado das emissões, porém, é um desastre. Em vez de financiar a industrialização, gera um dos maiores surtos inflacionários do País e também desenfreada especulação financeira na Bolsa de Valores, pois o dinheiro fora desviado de seu propósito inicial para toda a sorte de negócios, muitos deles fictícios. Fortunas surgem da noite para o dia, enquanto a economia brasileira sofre violento colapso. A grande euforia industrial-financeira só termina com o corte da emissão de moeda, muito desvalorizada, o que gera uma grave crise econômica e contribui para o isolamento político de Deodoro da Fonseca. Em 20 de janeiro de 1891, o primeiro ministro da Fazenda do Brasil, Rui Barbosa, deixa o cargo. E o presidente renuncia em 23 de novembro do mesmo ano, sob iminente ameaça de deposição pelos republicanos, representados pelo vice-presidente Marechal Floriano Peixoto, que assume "naturalmente" a presidência.

A alternativa B é falsa, pois a Crise de 1929 ocorreu inicialmente nos EUA, se alastrando para outros cantos do mundo. Mas, de todo modo, o governo do Marechal Deodoro da Fonseca foi de 15 de novembro de 1889 a 23 de novembro de 1891.

A alternativa C também é falsa, pois a Guerra do Contestado ocorreu entre 1912 e 1916, dentro do ciclo da chamada República Velha, mas depois do mandato do presidente Marechal Deodoro da Fonseca.

A alternativa D também é falsa, uma vez que a liquidação do Banco do Brasil ocorreu em 1829, por causa que desde 1821, quando o rei D. João VI retirara todo o ouro nele depositado pouco antes de retornar para Portugal, D. Pedro I ordenou a emissão de mais papel-moeda, o que causou a desvalorização da moeda e a elevação dos preços. A oposição parlamentar de contestação à política do imperador cresceu significativamente. Considerado "culpado" nesta história o Banco do Brasil teve determinada a sua liquidação em 1829.

A alternativa E também é falsa, pois a Queda do Marechal de Ferro diz respeito ao processo constitucional malsucedido imputado ao Marechal Floriano Peixoto, que sucedeu o Marechal Deodoro da Fonseca. O fato é que na Constituição 1891 estava previsto que os mandatos interrompidos antes de dois anos deveriam ser sucedidos por novas eleições diretas, dessa maneira, o vice-presidente não poderia ser empossado. Assim, a oposição, baseada na constituição, exigia a deposição ou renúncia à presidência de marechal Floriano. Em 6 de abril de 1892, treze oficiais-generais lançaram um manifesto requerendo as eleições presidenciais. Em represália, o presidente destituiu-os compulsoriamente das carreiras militares. Em desagravo, marechal Floriano instituiu no dia 12 de abril de 1892 o estado de sítio e a suspensão dos direitos constitucionais durante o período de 72 horas. Assim, foram encarcerados em locais distantes os sediciosos, e depois anistiados em 8 de junho do mesmo ano. Por conta dessas medidas o então presidente ficou conhecido como o "Marechal de Ferro".

(CARDOSO, 2010; RODRIGUES, 2006).

Gabarito: A

5. (EsSA - Exército Brasileiro / 2016)

A eleição indireta de Getúlio Vargas para a presidência nacional, na qual foi eleito para um mandato de quatro anos, ocorreu no ano de:



- A) 1930
- B) 1934
- C) 1937
- D) 1946
- E) 1950

Comentários

A alternativa A é falsa, pois em 1930 o que houve foi a Revolução que empossou Getúlio Vargas como Chefe do Governo Provisório, na base de um Golpe de Estado, sem que houvesse eleições diretas ou indiretas.

A alternativa B é a resposta certa. Em 1934, de acordo com o art. 1º das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1934, a Câmara dos Deputados, com poderes para eleger o presidente da República, elegeu indiretamente Getúlio Vargas para um mandato de quatro anos.

A alternativa C também é falsa, pois em 1937 houve um novo Golpe de Estado comandado por Getúlio Vargas, que decretou uma nova Constituição que prorrogou seu período presidencial. Assim, governou o País de 1930 a 1945.

A alternativa D também é falsa, pois no dia 2 de dezembro de 1945, foram realizadas eleições para a presidência da República e para a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Na ocasião, a chefia de governo estava a cargo de José Linhares, que em 30 de outubro, em seguida à ação militar que depôs Getúlio Vargas pôs fim ao Estado Novo, havia deixado a presidência do Supremo Tribunal Federal para assumir a presidência da República. Realizadas as eleições, Dutra obteve 55% dos votos, enquanto Eduardo Gomes alcançou 35% e Iedo Fiúza, 10%.

A alternativa E também é falsa, pois no dia 3 de outubro de 1950, compareceram às urnas 8.254.989 eleitores. Vargas obteve uma vitória maiúscula, quase alcançando a maioria absoluta com 3.849.040 votos (48,7%). Eduardo Gomes ficou bem abaixo, com 2.342.384 votos (29,6%), e Cristiano Machado não passou de um distante terceiro lugar, com 1.697.193 votos (21,5%).

(MIRANDA, 2011; FREIRE, 2017; LAMARÃO, 2017)

Gabarito: B

6. (EsSA - Exército Brasileiro / 2016)

Qual importante medida administrativa foi tomada em 1834, realizada a partir da modificação na constituição brasileira?

- A) A Abertura dos Portos às nações amigas.
- B) A cidade do Rio de Janeiro tornou-se município neutro.
- C) A assinatura das Tarifas Alves Branco.
- D) A aprovação da Lei de Terras.
- E) Assinatura do Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra.





Comentários

A alternativa A é falsa, pois a Abertura dos Portos (1808) foi um tratado econômico assinado entre Portugal e Inglaterra no contexto das Guerras Napoleônicas. Este se caracterizou pela possibilidade das colônias portuguesas, na América, estabelecerem relações comerciais com outras nações europeias. Este tratado pôs fim à exclusividade portuguesa de ser a única nação europeia a manter relações comerciais com os Estados do Brasil e Maranhão.

A alternativa B é a resposta certa. Os deputados eleitos em 1833, com poderes constituintes, nomearam uma comissão para realizar as reformas constitucionais, integrada por três membros. As modificações foram votadas em 12 de agosto de 1834, e entre elas estava a transformação da cidade do Rio de Janeiro em município neutro, separado da Província Fluminense, que tinha como capital a cidade de Niterói. Torna-se a cidade/capital do Brasil, passando a ser um território único e institucionalmente diferenciado das demais províncias, o que significa sua separação política da Província Fluminense, que irá se transformar na mais importante província, econômica e politicamente, do Império.

A alternativa C também é falsa, a assinatura das Tarifas Alves Branco foi implementada no dia 12 de agosto de 1844. Tratava-se de uma tarifa alfandegária que aumentou as taxas de importação para a casa dos 30%, quando não havia similar nacional, e para a casa dos 60%, quando havia produto similar nacional. As novas determinações causaram impacto sobre cerca de três mil produtos e despertaram a insatisfação dos ingleses, acostumados com os privilégios na comercialização de seus produtos desde antes da independência do Brasil.

A alternativa D também é falsa, pois a aprovação da Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601, se deu em 18 de setembro de 1850. Essa foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão.

A alternativa E também é falsa, uma vez que a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra ocorreu em 19 de fevereiro de 1810. Com o Tratado de Comércio e Navegação, produtos ingleses, quando entrassem nos portos do Brasil, pagariam direitos de 15%.

(IANSEN, 2017; DUARTE, 2019; GASPARETTO JUNIOR, 2019).

Gabarito: B



REFERÊNCIAS USADAS NOS COMENTÁRIOS DAS QUESTÕES

ARAÚJO, Ana Paula de. Tomé de Souza. [S.l.]. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biografias/tome-de-souza/>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BENTIVOGLIO, Julio. POLÍTICA E DIRETRIZES ECONÔMICAS NO INÍCIO DO SEGUNDO REINADO (1840-1860): LIMITES E DESAFIOS DA MODERNIZAÇÃO. 2002. 25 f. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Cap. 4. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_julio_bentivoglio_politica-e-diretrizes-economicas-no-inicio-do-segundo-reinado-1840-1860_limites-e-desafios-da-modernizacao.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRANCO, Alberto Manuel Vara. O sentido do Brasil integrado nos objectivos da campanha de Jesus no século XVI. [S.l.]. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millenium/Millenium36/6.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CARDOSO, José Luís. Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crônica de um fracasso anunciado. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 30, n. 59, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000100009>. Acesso em: 26 jan. 2019.

DUARTE, Lidiane. Lei de Terras. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/lei-de-terras/>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FERNANDES, Fernando Roque. Abertura dos Portos. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/abertura-dos-portos/>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FREIRE, Américo. Redemocratização e eleições de 1945. 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Redemocratizacao>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. Tarifa Alves Branco. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/tarifa-alves-branco/>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GEOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Aula 3: Os diferentes estatutos jurídicos. O Globo. São Paulo, p. 1-12. 28 abr. 2005. Disponível em: <https://extensao.cecierj.edu.br/material_didatico/geo314/down/aula03.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

HISTÓRIA – DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO. A política do encilhamento: o primeiro pacote econômico. [S.l.]. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/download/cp/HISTORIA%20DO%20BRASIL/LEITURA%20ANEXA%20MODULO%20III%20-%20b.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

IANSEN, Marta. O Tratado de Comércio e Navegação de 1810. 2017. Disponível em: <<https://martaiansen.blogspot.com/2017/01/tratado-de-comercio-e-navegacao.html>>. Acesso em: 28 jan. 2019.



LAMARÃO, Sérgio. O fracasso das "fórmulas" e a candidatura Vargas em 1950. 2017. Disponível em:

<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/Candidatura1950>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

MIRANDA, Ricardo Nunes de. A Eleição Indireta para Presidente da República. Brasil: Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2011. 56 p. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-91-a-eleicao-indireta-para-presidente-da-republica>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

OLIVEIRA, Roberson. Revoltas Regenciais. 2017. História do Brasil. Disponível em: <https://www.historiadobrasil.net/resumos/revoltas_regenciais.htm>. Acesso em: 28 jan. 2019

RODRIGUES, Natália. Governo de Floriano Peixoto. 2006. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/governo-de-floriano-peixoto/>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

